

Análise Empírica da Evolução dos Indicadores do Balanço Social no Período de 2000 a 2004: o Caso da Petrobrás

Autoras

PATRICIA DE SOUZA COSTA

PMIRPCC-UnB, UFPB, UFPE, UFRN

SIMONE DIAS DE SOUZA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

A questão social é um tema que há muito vem sendo discutido no Brasil e no mundo. A necessidade de respostas aos anseios de uma sociedade cada vez mais exigente tem feito surgir, no meio empresarial, importantes iniciativas no campo social. Nesse contexto surge o balanço social como ferramenta para divulgar as iniciativas das empresas no âmbito social e ambiental. O objetivo desse trabalho é analisar a evolução dos indicadores sociais apresentados no balanço social da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), nos exercícios findos no período de 2000 a 2004. Para execução da pesquisa foi utilizada referência bibliográfica e documental, bem como os balanços sociais publicados no período de estudo. A evolução dos indicadores foi efetuada por meio da técnica de análise horizontal. Observou-se que os indicadores sociais da empresa obtiveram crescimento na educação, no auxílio-creche, no número de empregados no final do período e nas admissões, porém o investimento em segurança e medicina no trabalho, as contribuições para a sociedade, e em preservação ao meio ambiente declinaram. Cabe ressaltar que a utilização de um modelo padrão (IBASE) pela organização foi primordial para a execução da análise. No entanto, a falta de preenchimento de alguns dados, dificultou a comparabilidade de algumas informações.

Palavras-chave: Responsabilidade social. Balanço Social. Indicadores sociais.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2005), é crescente o número de empresas interessadas em publicar o balanço social, para divulgar as iniciativas socialmente responsáveis, despertando a atenção de estudantes, profissionais do setor contábil e áreas afins, bem como a sociedade, para analisar sua importância e a maneira que tem sido aplicado nas instituições, mesmo não havendo lei que determine a publicação desta demonstração.

Atualmente existem três modelos sendo propostos para as empresas: o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o do projeto de lei para implantação no Congresso Nacional, além dos que preferem fazer suas alterações, para melhor enquadrar sua empresa, ou que simplesmente, mencionam as iniciativas sociais no relatório administrativo (NEGRA; TEIXEIRA; CARMO, 2002).

O balanço social tem sido utilizado pelas empresas, como resposta à cobrança da sociedade, com os investimentos em ações sociais, divulgando padrões éticos e os benefícios trazidos para a comunidade para justificar, por exemplo, possíveis danos ambientais. Entretanto, o marketing social proporcionado pelo balanço social apesar de possuir a sua

relevância, não pode ser interpretado como um novo instrumento de publicidade, o objetivo principal é compreender a atuação social da entidade (KROETZ, 2000).

Um fator que tem dificultado a análise dos demonstrativos das empresas é a ausência de um modelo padrão a ser seguido pelos mais diversos setores de atividades econômicas, que proporcione a comparabilidade e acompanhamento da sua evolução. Os procedimentos praticados pelas empresas brasileiras visam apresentar através dos dados qualitativos e quantitativos, suas influências positivas com funcionários, comunidade, governo e meio ambiente, não divulgando possíveis influências negativas, o que revela a importância de se ter um modelo padrão a ser seguido (SIQUEIRA; VIDAL, 2003).

Dentre as várias empresas que se interessaram em publicar o balanço social, encontra-se a Petrobrás, que segue o modelo do IBASE na elaboração do demonstrativo e que expõe no *site* da empresa, o compromisso da organização de estender à área sócio-ambiental a qualidade nos resultados de suas ações em benefício das comunidades.

Diante do exposto, o problema que se apresenta é: qual a evolução dos indicadores sociais apresentados no balanço social das empresas do setor de petróleo e gás? Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar a evolução dos indicadores sociais apresentados no balanço social da Petrobrás S/A nos exercícios findos no período de 2000 a 2004.

Com o crescimento do segmento de petróleo e gás, e de sua importância na economia, este trabalho pode contribuir tanto no meio acadêmico, pela oportunidade de adquirir conhecimento por meio de pesquisa exploratória aplicada na organização, quanto para as empresas que de posse dos resultados obtidos, podem identificar falhas e implementar correções, buscando gerar informações mais adequadas aos interesses dos usuários.

1.1 Metodologia

A pesquisa é do tipo exploratória, realizada por meio de estudo de caso, com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória tem o objetivo de fornecer informações mais detalhadas sobre o assunto de pesquisa, facilita a delimitação da temática escolhida e a capacidade de descobrir um novo enfoque para o estudo.

Os balanços sociais da Petrobrás de 2000 a 2004 foram coletados no *site* do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2005). Mas para os anos de 2003 e 2004 se recorreu também ao *site* da empresa (PETROBRAS, 2005), já que o documento fornecido pela organização se assemelhava a um extrato modificado das informações sociais publicadas, não possuindo a mesma abrangência de informações que fora apresentada nos demais anos.

Para a análise da evolução dos indicadores do balanço social foi utilizada a análise horizontal, que de acordo com Marques (2004, p.199), “consiste em comparar a evolução de contas ou grupos de elementos ao longo de determinado tempo e pressupõe uma série histórica de dados que inicia com um índice-base, de modo a servir de referência”. A análise horizontal foi calculada em relação aos percentuais de participação de cada indicador na receita líquida. A evolução foi elaborada em relação ao ano imediatamente anterior.

1.2 Organização da Pesquisa

O trabalho está dividido em quatro seções. A introdução visa expor o tema e a problemática envolvida, assim como o objetivo e a metodologia utilizada para a execução da pesquisa. A segunda seção traz a fundamentação teórica procurando esclarecer os conceitos

apresentados relacionando-os com a problemática em questão. A terceira seção apresenta os resultados e a análise dos resultados da pesquisa. Na seção quatro são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Divulgação de Informações Sociais e do Balanço Social

A contabilidade, como ciência social, vem aprimorando ao longo dos anos, novos conceitos, novas tendências e novas práticas contábeis, acompanhando a evolução da sociedade, buscando seguir o conceito moderno aceito, destacado por Tinoco (2001, p. 14): “a existência das entidades não pode justificar-se exclusivamente pela capacidade que elas demonstrem de gerar lucros a seus proprietários”.

Com todos esses avanços, surge a idéia de que a empresa deve não só elaborar demonstrações financeiras que evidenciem o quanto foi recebido e gasto durante determinado período, visando apenas à otimização e a maximização dos lucros, mas também assumir compromissos de natureza econômica e social (MOREIRA, 2001).

Foi nos Estados Unidos, um país de grande liberalismo capitalista, que, a partir dos anos 30, a idéia de responsabilidade social foi introduzida no mundo dos negócios (CARNEIRO, 1994 apud OLIVEIRA; BATISTA, 2000). A guerra do Vietnã, o uso de armamentos sofisticados prejudicando o homem e o meio ambiente, e a insistência da discriminação de raça e sexo no emprego, fizeram com que a sociedade norte-americana discutisse o posicionamento social das empresas, não permitindo as organizações produzir e vender o que desejassem (TINOCO, 2001).

Diante do exposto, sobre a origem da responsabilidade social, observa-se que a iniciativa para almejar o bem estar social, partiu da própria sociedade, e os empresários se viram na condição de se enquadrarem às exigências, uma vez que estariam perdendo participação no mercado consumidor.

A maioria das empresas norte-americanas prepara relatórios para os usuários externos, como relata Tinoco (2001, p. 126), englobando pouca informação econômica a seus trabalhadores, ficando à publicação de informação socioeconômica atrelada: ao comportamento a respeito da poluição; à participação em obras culturais; à contribuição da empresa aos transportes coletivos na cidade e a outros benefícios à coletividade.

Segundo Araújo (2003), os movimentos sociais trabalhistas, surgidos na Europa (Alemanha) na década de 1920, que lutavam por informações sobre emprego e condições de trabalho nas empresas, deram origem ao balanço social. O referido autor comenta ainda que na França, desde 1977, o balanço social passou a ser exigido às empresas com mais de 750 funcionários, através da Lei nº 77.769, de 12-07-1977, tornando-se o primeiro país do mundo a possuir lei sobre o assunto (TINOCO, 2001). Essa obrigatoriedade se estendeu, em 1982, às empresas com mais de 300 empregados.

Na Holanda, o relacionamento entre funcionários e patrão, segundo Tinoco (2001) é de parceria. Ele ainda destaca, que esse país foi o primeiro do mundo a publicar relatórios sociais, seja como jornal interno da empresa ou junto com os relatórios anuais dos acionistas, tendo como objetivo principal informar as condições de trabalho e as estatísticas sobre o emprego, mas possuindo também considerações econômicas.

A situação da Bélgica pode ser comparada com a Holanda, quanto às informações socioeconômicas divulgadas aos diversos usuários da informação (TINOCO, 2001). Nesse país, o balanço social foi regulamentado por intermédio de um decreto real instituído em 27 de novembro de 1973. Mas esse autor comenta que apesar dessa obrigatoriedade, ele fornece um número demasiadamente reduzido de indicadores econômicos e sociais.

Os portugueses também aderiram à idéia do balanço social, com a primeira experiência em 1977, através de estudo realizado com as 100 maiores empresas que continha dados quantitativos, balanço social e estrutura das remunerações do pessoal, conforme Tinoco (2001). Esse autor acrescenta (2001, p.132), que no início da década de 80 “cerca de 20 empresas elaboraram o Balanço Social, influenciadas [...] pela legislação francesa, ou seja, um balanço fortemente inspirado no pessoal das organizações”. Em 1985, por meio da Lei nº 141, de 14-11-1985, o governo português passou a exigir a divulgação das empresas que tivessem mais de 100 empregados (KROETZ, 2000).

Na Espanha, apesar de não existir obrigação legal de elaborar e publicar o balanço social, muitas empresas o faz, por entender que devem ser o mais transparente possível, divulgando informações não apenas para os acionistas, outros investidores e o estado, mas também para os funcionários, comunidade local, sindicatos e demais interessados (NEGRA; TEIXEIRA; CARMO, 2002).

Já no Brasil, a discussão sobre o tema balanço social iniciou-se com a mobilização em prol da responsabilidade social dos dirigentes empresariais promovida pela Associação dos dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), sendo que uma das primeiras divulgações só ocorreu em 1977 no 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas, em que o assunto foi tema central do evento (TINOCO, 2001). As primeiras pesquisas brasileiras surgiram em 1980, baseadas nas experiências de outros países, intensificando-se as discussões em meados dos anos noventa, e que por decorrência, algumas empresas deram os primeiros passos rumo à elaboração e divulgação dessa nova peça contábil (ARAÚJO, 2003).

No entanto, a idéia só ganhou força através da iniciativa do sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), quando lançou campanha nacional para incentivar a publicação do balanço social no Brasil, com o objetivo das empresas brasileiras prestarem contas do que fazem pela qualidade de vida, tanto dentro quanto fora da organização (NEGRA; TEIXEIRA; CARMO, 2002).

Nesse mesmo ano, o Congresso Nacional discutia o Projeto de Lei nº 3.116/97, que pretendia tornar obrigatório a publicação do balanço social para as empresas públicas, estatais e para as empresas que tivessem mais de 100 empregados (ARAÚJO, 2003). Atualmente, o referido projeto transformou-se na proposta nº 32/99 e tramita na câmara dos deputados (TINOCO, 2001).

Apesar de não ter sido aprovado o projeto de lei proposto em 1997, existem duas iniciativas municipais relativas ao tema, que se distingue do projeto de lei federal pela substituição da obrigatoriedade da apresentação pela espontaneidade associada ao incentivo. Em São Paulo, foi aprovada a Resolução nº 05/98 instituindo o Dia da Empresa Cidadã e o Selo Empresa Cidadã para estimular e reconhecer as empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social. E em Porto Alegre também foi instituído o Selo da Cidadania, sendo obrigatório à publicação para as empresas com sede na cidade e com mais de 20 funcionários (KROETZ, 2000).

Depois do breve levantamento histórico de alguns países sobre a divulgação de informações sociais, observa-se que na Europa surgiu a partir dos movimentos sociais

trabalhistas, que buscavam maiores informações sobre as condições de trabalho e qualidade de vida, e nos Estados Unidos surgiu do interesse dos empresários em retirar a imagem negativa das empresas perante os consumidores com iniciativas sociais, os quais se recusavam a comprar produtos ligados a organizações que financiavam a guerra do Vietnã.

Com isso, pode-se analisar que as informações contidas no balanço social possuem duas vertentes, uma ligada às questões trabalhistas que possuem a obrigatoriedade dentro do direito trabalhista (leis trabalhistas), e logo, mesmo que a empresa não publique o novo demonstrativo contábil, possui a obrigação de cumprir as exigências trabalhistas perante o governo. E a outra está ligada às ações sociais junto à comunidade, como por exemplo, iniciativas de preservação ao meio ambiente ou assistência social a entidades carentes.

E já o surgimento do balanço social no Brasil foi decorrente da influência das duas vertentes, englobando tanto fatores compulsórios - influência dos países europeus - quanto os não compulsórios - influência dos Estados Unidos, revelando a importância de analisar os modelos existentes para diferenciar os indicadores, tornando o demonstrativo mais completo para os usuários das informações financeiras, econômicas e sociais.

2.2 Visão Teórica do Balanço Social

Para o projeto de lei nº 3.116, apresentado ao Congresso Nacional (1997) e elaborado pelas deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, no art. 2º, publicado no diário do Senado Federal (1997), diz que:

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Por sua vez, Tinoco (2001, p. 14), tendo uma visão mais ampla sobre os usuários das informações contábeis, o define como: “[...] um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, dentre estes os funcionários”.

Para o IBASE (2005), o balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Observa-se que os conceitos, apresentados nesta seção, convergem para um mesmo ponto, ou seja, a estrutura do demonstrativo contém informações direcionadas aos funcionários, que valoriza o corpo funcional das entidades, formuladas dentro de uma visão contemporânea do balanço social, bem como a idéia de responsabilidade social em termos econômicos e sociais, e por trazer a inclusão da preocupação com o meio ambiente.

A elaboração do balanço social vai possibilitar as empresas à identificação dos seus principais problemas, nos campos humano e social. E sendo elaborado de forma correta, não apenas destacando as ações de beneficência, o balanço social torna-se uma ferramenta fundamental para incrementar a competitividade das empresas. O balanço social deve ter por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida,

levando em consideração os aspectos de recursos humanos, contribuição para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Tinoco (2001, p.34) comenta que “o Balanço Social tem por objetivo ser equitativo e evidenciar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa, [...] reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade”.

Kroetz (2000, p.71) explica que “o balanço social deve demonstrar quais as políticas praticadas e quais os reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar sua participação no processo de evolução social”. E ainda afirma que

sem essa prática, jamais uma entidade poderá apresentar pleno êxito em programas de qualidade, pois essa intenção exige quebra de preconceitos, transparência administrativa e uma constante e ininterrupta ligação da organização com seus funcionários, acionistas, fornecedores e sociedade em geral.

O balanço social, segundo Batista (2005) na sua pesquisa realizada, tem a finalidade também de ser um instrumento de motivação para o empresário e para os seus colaboradores. Para o empresário porque ele deve estar pronto a melhorar, constantemente, a sua atuação social; para os colaboradores porque tomam conhecimento da evolução da responsabilidade social da empresa em que trabalha, visto que, através desse demonstrativo, há possibilidade de fazer um comparativo de um ano para o outro.

Portanto, entende-se que a função principal do balanço social é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente (PINTO; RIBEIRO, 2004).

2.2.1 *Usuários das informações Sociais*

Tinoco (2001) comenta que a empresa representa um círculo de interesses, e cita a posição dos empregados, explicando que a organização não é constituída com o propósito de implantar o bem estar para os funcionários, mas como a satisfação dos funcionários implica em motivação para aumentar a produtividade e conseqüentemente maior lucro, as entidades têm reconhecido a importância do corpo funcional. E da mesma forma ocorre com os demais interessados, ou seja, a troca mutua de interesses.

Segundo o IBASE (2005), o balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Além dos dirigentes e funcionários, favorece aos fornecedores e investidores, informando como a empresa enfrenta suas responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza; aos consumidores, evidencia a postura dos dirigentes e a qualidade do produto ou serviço oferecido; e ao Estado, ajuda na identificação e na formulação de políticas públicas. Por fim, como dizia Betinho: "o balanço social não tem donos, só beneficiários".

Portanto o balanço social tem por objetivo demonstrar ao universo de usuários, de forma confiável, uma prestação de contas para que possam conhecer e avaliar a qualidade dos investimentos, a aplicação de recursos e o cumprimento das destinações orçamentárias.

2.2.2 *Elaboração do Balanço Social*

O balanço social por ser um demonstrativo da responsabilidade social e ecológica da empresa, a qual irá buscar relacionar a organização com a sociedade, deve também observar alguns pontos quanto às informações a serem divulgadas. Pois para a sua elaboração, de acordo com Kroetz (2000), existem alguns limites essenciais, definidos no quadro 1.

Privacidade	todas as informações devem ter a aceitação das partes interessadas, a menos que seja exigido
-------------	--

	pela legislação
Sigilo	as informações que possam comprometer a continuidade da empresa, por serem de caráter imprescindível para a organização, não podem ser apresentadas no demonstrativo
Subjetividade	na demonstração só deve conter informações verídicas, sendo vedada a publicação de subjetivas, como opiniões, suposições
Uniformidade	a uniformidade é importante para as comparações entre um balanço e outro, objetivando acompanhar a evolução de seus componentes
Utilidade	as informações contidas no demonstrativo devem atender as necessidades dos mais diversos usuários interessados
Economicidade	o custo para a elaboração do balanço social não deve ser maior que os benefícios por ele gerado

Quadro 1- Limites essenciais

Fonte: Kroetz (2000)

De acordo com as definições apresentadas no quadro 1, as empresas precisam reconhecer os limites relacionados para compreender as necessidades e não comprometer o trabalho realizado para a publicação, que possam causar problemas futuros para a entidade.

E como no Brasil, não há lei federal que obrigue as empresas a elaborarem e divulgarem o balanço social, isto faz com que, as que decidem por fazê-lo voluntariamente, acabem não tendo um padrão formal a seguir, ocasionando, muitas vezes, como observado na pesquisa de Siqueira e Vidal (2003): falta de comparabilidade entre empresas até do mesmo setor, falta de identificação de um responsável pelas informações, divulgação de dados insuficientes para análise, falta de confiança sobre as informações apresentadas, em virtude de não haver auditoria externa, dentre outros problemas. Quatro aspectos são considerados por Siqueira e Vidal (2003) na análise da qualidade dos balanços sociais: abrangência, padronização, viés para potencialização de resultados e baixa transparência.

O primeiro ponto a ser observado diz respeito à abrangência, que é a contemplação das quatro vertentes propostas por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003) no Manual de Contabilidade das Sociedades por ações. Segundo estes autores, um Balanço Social deverá conter: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, os Benefícios e Contribuições para a Sociedade e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A contemplação destas vertentes proporcionará aos usuários uma visão geral sobre o que a empresa vem fazendo em todas as esferas de influência, que são: meio ambiente, funcionários, sociedade em geral e distribuição da riqueza na atividade econômica.

A padronização faz referência à necessidade de comparabilidade dos demonstrativos sociais entre distintos períodos e empresas, da mesma forma como ocorrem com os demonstrativos financeiros. Se não há uma forma pré-determinada a ser seguida, poderão ocorrer inconsistências até mesmo de um ano para o outro, dentro de um mesmo relatório, decorrentes da inclusão ou adição de indicadores por razões não reveladas, levando a uma quebra na seqüência de informações (SIQUEIRA; VIDAL, 2003).

O viés para potencialização de resultados diz respeito a evidenciação das contribuições positivas a sociedade e ao meio ambiente em detrimento da exposição de aspectos negativos. Fazendo com que esta demonstração se aproxime de um instrumento de marketing. Esta distorção pode fazer com que fatos nocivos ocorridos sejam tratados com pouca atenção, ou até mesmo com um estranho viés positivo, como se fosse algo desejado pela sociedade (SIQUEIRA; VIDAL, 2003).

E, por fim, a transparência das informações evidenciadas está relacionada com três pontos cruciais, que seriam a inclusão de notas explicativas aos demonstrativos sociais, a identificação de um responsável pelas informações neles contidas e a revisão das

demonstrações por uma entidade independente. Estas medidas evidenciariam maior comprometimento com o fornecimento destas informações (SIQUEIRA; VIDAL, 2003).

2.3 Estrutura do Balanço Social

O balanço social ainda não possui um modelo padrão considerado mais adequado para apresentação dessas informações, principalmente as relativas ao relacionamento da empresa com o meio ambiente. Kroetz (2000, p.108) defende que mesmo com a ausência de um modelo padrão que possa ser adotado, é possível seguir alguns princípios gerais para contribuir na organização da informação contida no balanço social: pertinência, objetividade, continuidade, uniformidade ou consistência e certificação.

No Brasil, atualmente, ainda não se estabeleceu um modelo padrão para o balanço social, mas existem três vertentes que predominam como sugestões em torno da maneira a ser preparado para publicação. Um dos modelos é o do IBASE (2005) (será apresentado na seção 2.4), utilizado por um grande número de empresas no Brasil, inclusive a Petrobrás S/A (foco desta pesquisa).

Tinoco (2001, p.135) discorre que em 1997 as deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling propõem outro modelo a ser implantado pelo projeto de lei nº 3.116 que estabelece a obrigatoriedade da publicação do balanço social para as empresas privadas com mais de 100 funcionários e para todas as empresas públicas. Nesse modelo Negra, Teixeira e Carmo (2002, p.78) indicam que deverá conter as seguintes informações:

[...] faturamento bruto, lucro operacional, valor bruto da folha de pagamento, valor pago as empresas prestadoras de serviços, informações do corpo funcional, encargos sociais pagos, valores gastos em alimentação, educação, saúde, benefício e segurança do trabalhador. [...] bem como o investimento realizado no meio ambiente e na comunidade em forma de cultura, lazer e esportes.

Por fim, tem-se o modelo sugerido pela Comissão de Valores Mobiliário, semelhante ao do IBASE, porém bem mais simples, de fácil implantação e entendimento que segundo Negra, Teixeira e Carmo (2002, p.138) contempla: “[...] indicadores de faturamento e lucro, indicadores laborais, indicadores do corpo funcional segmentando a ação social das empresas”. De acordo com essas autoras, quando a Comissão dos Valores Mobiliários (2005) apresenta o balanço social em conjunto com as demonstrações financeiras torna-se o instrumento mais eficaz e completo de divulgação e avaliação das atividades empresariais.

2.4 Estrutura do Balanço Social de acordo com o IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político, criado em 1981, com a missão de construir a democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã (IBASE, 2005).

O IBASE incentiva as empresas a elaborarem e divulgarem suas ações sociais, tomando como base seu modelo de balanço social, que desde 1997, com a iniciativa do sociólogo Herbert de Souza, vem chamando à atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples.

Em 1998, para estimular a participação de um maior número de corporações, o IBASE (2005) lançou o selo balanço social Ibase/Betinho, que é conferido anualmente a todas as

empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo instituto, dentro da metodologia e dos critérios propostos, certificando as empresas que voluntariamente divulgarem suas informações sócio-ambientais.

A adesão das empresas em publicar o balanço social vem crescendo cada vez mais, e o modelo IBASE, atualmente, tem sido bastante utilizado, por seus incentivos e credibilidade no mercado, onde entidades de médio e grande porte têm aderido. Dentre as entidades mencionadas, encontra-se a Petrobrás S/A, empresa do ramo de petróleo no país e no exterior, e que por ter sido selecionada para a realização do referido trabalho, se dará maior ênfase a estruturação dos indicadores que compõe esse modelo. Sucupira (2004) comenta, que nos últimos anos, a maioria das empresas que divulgou o balanço social passou a utilizar o modelo sugerido pelo IBASE. Segundo levantamento realizado até junho de 2004 pelo instituto, 231 empresas publicaram o balanço social no modelo IBASE.

Na estrutura do balanço social proposta pelo IBASE (2005), destaca-se as seguintes informações necessárias para a sua elaboração e posterior publicação:

- indicadores sociais internos: são os investimentos da empresa na melhoria da qualidade de vida de seus funcionários como alimentação, previdência privada, saúde, educação, cultura, treinamento, creches, participação nos lucros e outros benefícios;
- indicadores sociais externos: são os investimentos da empresa para a comunidade como habitação, educação, lazer e cultura, bem como os valores correspondentes aos tributos gerados pela empresa na esfera federal, estadual e municipal;
- indicadores ambientais: são os investimentos no monitoramento da qualidade dos resíduos, despoluição e conservação dos recursos ambientais, campanhas ecológicas e de educação sócio ambiental para a sociedade;
- indicadores do corpo funcional: são informações sobre a quantidade de funcionários efetivos, terceirizados, mulheres, com mais de 45 anos, estagiários, portadores de deficiência ou necessidades especiais e negros que trabalham na empresa;
- informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial: são informações não contidas nos indicadores anteriores como relação entre a maior e a menor remuneração, número de acidentes de trabalho durante o ano, normas do trabalho observadas pela empresa e o valor adicionado.

3 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS: O CASO DA PETROBRÁS S/A

A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) é uma sociedade de economia mista, com controle acionário da União, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que atua na exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados, no Brasil e no exterior. Sua atuação também abrange o segmento de gás natural e fertilizante, a indústria petroquímica e a distribuição de derivados de petróleo (PETROBRÁS, 2005).

De acordo com José Eduardo Dutra, em sua mensagem inserida no balanço social de 2004, como então atual presidente da organização, a Petrobrás “é uma empresa de desafios que decidiu se tornar referência nos mais altos padrões nacionais e internacionais de responsabilidade social e ambiental” (PETROBRÁS, 2005). Segundo o presidente, as empresas que participam deste movimento melhoram seu desempenho e alcançam resultados mais expressivos, em qualquer dimensão a ser avaliada.

3.1 Indicadores Sociais Internos

A tabela 1 mostra a análise horizontal da segunda parte do balanço social da Petrobrás intitulada “Indicadores Sociais Internos” para o horizonte temporal de estudo. Os dados da tabela 1 mostram que a participação dos indicadores sociais internos no total da receita líquida subiu nos anos de 2003 e 2004. Os indicadores que mais contribuíram para este resultado foram à participação do auxílio-creche no ano de 2003 – cresceu 300% - e o investimento em educação – crescimento de 300% no ano de 2004.

Cabe destacar que a participação do indicador segurança sobre a receita líquida caiu 50% no ano de 2004. Mas a capacitação profissional e participação nos lucros também sofreram uma redução em 2004, de 13,80% e 22,60% respectivamente, ainda que em menor proporção se comparado com a segurança, contribuindo para a redução no total dos indicadores sociais internos em 2004. A Petrobrás também realiza exames periódicos anuais para todos os empregados e exige o mesmo procedimento para os profissionais terceirizados, sendo incluído nas cláusulas contratuais.

A alimentação é um dos indicadores que sofreu pequenas variações, mas que no geral apresentou crescimento em média de 10% ao longo dos cinco anos. Sabe-se que a adesão das empresas em conceder o benefício da alimentação não é obrigatória, conforme está previsto na legislação do programa de alimentação do trabalhador (PAT) do Ministério do Trabalho e do Emprego. Mas as empresas que aderirem terão benefícios, ou seja, terão isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida, e incentivos fiscal (dedução de até quatro por cento no imposto de renda devido).

Tabela 1- AH – Indicadores Sociais Internos

	2001/2000	2002/2001	2003/2002	2004/2003
Alimentação	105,3	120,0	108,3	107,7
Encargos sociais compulsórios	104,5	73,0	88,2	123,6
Previdência privada	43,4	33,9	87,5	102,9
Saúde	104,0	88,5	97,8	120,0
Segurança e medicina no trabalho			160,0	50,0
Educação	-			400,0
Cultura				-
Capacitação e desenvolvimento profissional		172,7	152,6	86,2
Creches ou auxílio-creche	100,0	100,0	400,0	-
Participação nos lucros ou resultados	171,4	88,9	145,3	77,4
Outros		133,3	150,0	83,3
Total - Indicadores Sociais Internos	83,5	73,0	110,0	102,3

Fonte: Elaboração da autora com base nos Balanços Sociais da Petrobrás

Os encargos sociais compulsórios e a previdência privada foram dois indicadores que durante o período em análise, decresceram ao longo dos anos. Os encargos sociais podem ter reduzido, devido ao benefício concedido a empresa por ser cadastrada no programa de alimentação do trabalhador. Já quanto à previdência privada, a organização oferece a seus empregados através da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), um plano de previdência complementar, mas encontra-se desde 2001 fechada para os novos empregados, aguardando a definição do novo modelo de previdência complementar.

O total dos indicadores sociais internos nos dois primeiros anos sofreu uma redução, respectivamente de 16,46% e 27,02%, aumentando em 2003 para 10,03% em relação ao ano de 2002 e para 2,34% em 2004 sobre o valor de 2003. Logo para o grupo de indicadores

sociais internos da organização observa-se que houve um crescimento nos dois últimos anos, como mostra a tabela 1.

3.2 Indicadores Sociais Externos

A análise horizontal dos “indicadores sociais externos” - que representam a terceira parte do balanço social da Petrobrás - é apresentado na tabela 2.

Tabela 2- AH – Indicadores Sociais Externos				
	2001/2000	2002/2001	2003/2002	2004/2003
Educação				200,00
Cultura				87,50
Saúde e saneamento				
Esporte				150,00
Combate à fome e segurança alimentar				150,00
Outros				25,00
Total das contribuições para a Sociedade	164,29	160,87	81,08	96,67
Tributos (excluídos encargos sociais)	119,15	126,66	76,81	94,79
Total dos Indicadores Sociais Externos	119,29	126,86	76,84	94,80

Fonte: Elaboração da autora com base nos Balanços Sociais da Petrobrás

Os números descritos na tabela 2 mostram que a participação dos indicadores sociais externos no total da receita líquida caiu nos anos de 2003 e 2004. Os indicadores que mais contribuíram para este resultado são difíceis de identificar, uma vez que nos anos de 2000 a 2002 a empresa não divulgou os dados separados por indicador. Mas em relação a 2003 e 2004 observa-se que foi à participação na cultura com queda de 12,50% e outros com a queda de 75%.

No período de 2000 a 2002, apesar da não divulgação dos indicadores em separados, observa-se que houve um crescente investimento nas ações sociais externas, de 2000 para 2001 obteve um aumento de 64%, e de 2001 para 2002 um aumento de 60,87%. Já na análise horizontal de 2004 em relação a 2003, apesar de ter reduzido no total dos indicadores sociais externos 5%, pode ser verificado que o investimento na educação, dobrou de um ano para o outro, e também o esporte e o combate à fome, que tiveram o mesmo aumento de 50%.

Dentre as ações e projetos sociais que a Petrobrás apóia e investe, lista-se alguns dos divulgados no balanço social 2004 da empresa, como: Programa Petrobrás Fome Zero; Rede de Cooperativas de Materiais Recicláveis, onde um dos projetos que compõe a rede chama-se Vira Lata, Cata Bahia que desenvolve coleta seletiva, triagem, pré-beneficiamento, industrialização e comercialização de recicláveis; Projeto Molhar a Terra, com o objetivo de reativar centenas de poços de água em assentamentos e comunidades isoladas no semi-árido; Projeto Mova Brasil, um projeto na linha de educação para alfabetizar jovens e adultos; Programa Petrobrás Jovem Aprendiz, com objetivo de incluir os jovens na sociedade por meio da qualificação profissional; dentre outros.

3.3 Indicadores Ambientais

Quanto aos indicadores ambientais, que representam a quarta subdivisão do balanço social, a análise horizontal é apresentado na tabela 3. Na tabela 3 pode ser observado que de 2000 para 2001, apesar de não sido destacado os investimentos ligados à produção da empresa e os ligados a projetos externos, houve um crescimento significativo dos

investimentos no meio ambiente de 66,09%, passando de 2001 para 2002 ao crescimento percentual de 49,21%.

Nos anos de 2002 a 2004, a empresa passou a divulgar conforme predetermina o modelo do IBASE, mostrando os valores por destino do investimento, no qual apresentou uma queda percentual de 14,55% nos investimentos ligados a produção e de 60% nos projetos externos em relação aos anos de 2002 para 2003. E em relação a 2003 para 2004, os investimentos na produção tiveram queda de 40% e nos projetos externos queda de 50%.

Tabela 3- AH – Indicadores Ambientais

	2001/2000	2002/2001	2003/2002	2004/2003
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		143,98	85,45	59,57
Investimentos em programas e/ou projetos externos			40,00	50,00
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	166,09	149,21	83,86	59,41

Fonte: Elaboração da autora com base nos Balanços Sociais da Petrobrás

A Petrobrás informa que procura manter seus esforços na preservação do meio ambiente através do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional, chamado de Pégaso, tendo sido realizados gastos totais em 2003 no valor de R\$ 2,3 bilhões, sendo previstos para todo o programa um valor de R\$ 6,8 bilhões (PETRÓLEO BRASILEIRO S/A, 2003). Segundo o relatório de atividades da empresa de 2003, o sucesso deste programa pode ser medido pela queda significativa no nível de vazamento de óleo e derivados ocorridos durante o programa, saindo de um vazamento máximo ocorrido em 2000 de 5.983 m³ para 276m³ em 2003. A companhia reuniu em 2003, sob a égide do programa Petrobrás Ambiental todas ações de patrocínio nessa área, com auxílio de consultoria externa, escolhendo como foco central dos investimentos na área ambiental a “água”, em sentido amplo, incluindo-se a preservação de nascentes, rios, a biodiversidade marinha, a preservação de espécies etc.

Contudo, apesar da organização informar o montante de investimentos na área do meio ambiente, para demonstrar seu comprometimento na área do meio ambiente, constatou-se através da análise horizontal dos dados coletados nos balanços sociais, que os investimentos de 2000 a 2004 passaram por expressivo decréscimo.

3.4 Indicadores do Corpo Funcional

O quinto grupo de indicadores do balanço social refere-se ao corpo funcional da empresa, conforme mostra a tabela 4. De acordo com a análise horizontal realizada em relação ao corpo funcional da organização, pode-se perceber que o número de funcionários teve uma redução de 2000 para 2001 de 15,68%, passando por um aumento de 45,46% de 2001 para 2002 do número de funcionários ao final do período. Nos três anos seguintes o número de funcionários continuou a crescer, só que em proporções menores.

Tabela 4- AH dos Indicadores do Corpo Funcional

	2001/2000	2002/2001	2003/2002	2004/2003
Nº de empregados (as) ao final do período	84,32	145,46	102,25	106,64
Nº de admissões durante o período	28,51	581,62	81,18	140,44
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	120,14	204,64	101,87	119,11
Nº de estagiários (as)				
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	95,22	138,66	101,68	115,75
Nº de mulheres que trabalham na empresa	77,86	129,55	92,47	110,24
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	200,00	100,00	112,50	100,00

Nº de negros (as) que trabalham na empresa			
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	39,63	100,00	0,00

Fonte: Elaboração da autora com base nos Balanços Sociais da Petrobrás

Na análise horizontal do número de admissões durante o período, observa-se que de 2000 para 2001, houve uma redução nas admissões de 71,50%. Voltando a crescer significativamente 481,62%, o número de admissões na análise de 2001 para 2002. Contudo, de 2002 para 2003 houve um decréscimo de 19% no número de admissões, voltando a crescer 40% de 2003 para 2004.

a análise horizontal do número de funcionários terceirizados, pode-se observar que é crescente o número durante os cinco anos em estudo. Alguns anos em proporções maiores como de 2001 para 2002 que cresceu 105% e outros em proporções menores, ou seja, de 2000 para 2001 e 2003 para 2004 cresceu em torno de 20%, e de 2002 para 2003 apenas 2%.

O número de estagiários e de negros que trabalham na empresa, e o percentual de negros que ocupam cargos de chefia não foram ilustrados na tabela 4, por não ter sido divulgado todos os anos no balanço social da entidade, comprometendo os cálculos para evidenciar se houve ou não evolução desse indicador através da análise horizontal.

O número de empregados acima dos 45 anos teve uma pequena redução de 5% na análise de 2000 para 2001, voltando a crescer durante os demais períodos da análise horizontal, conforme a tabela 4, respectivamente em 39%, 2% e 16%.

O percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres de 2000 para 2001 dobrou, permanecendo constante de 2001 para 2002. Já na análise de 2002 para 2003 observa-se um aumento de 12,50% de mulheres ocupando cargos de chefia, voltando a permanecer constante de 2003 para 2004.

O número de portadores de deficiência é outro indicador que ficou comprometido na análise de 2003 para 2004, mas nos dois primeiros anos houve uma redução de 60%, permanecendo constante em 2002.

3.5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

O sexto grupo de indicadores do balanço social refere-se às informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. A análise horizontal deste grupo é apresentada na tabela 5. A realização dos cálculos de 2001 em relação a 2000 ficou comprometida, com exceção da relação entre a maior e a menor remuneração da empresa, por não haver as demais informações no ano de 2000.

A relação entre a maior e a menor remuneração de 2000 para 2002 obteve um aumento de 42%, ou seja, se a diferença entre o menor salário e o maior salário era X, passou no outro período para 42X. Mostrando uma significativa disparidade salarial nas mais diversas funções dentro da organização. De 2001 para 2002, a diferença teve um decréscimo de 16%, voltando a crescer no ano 2003 para 51% a proporção, que permaneceu constante no ano de 2004.

Tabela 5- AH das Informações quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2001/2000	2002/2001	2003/2002	2004/2003
Relação entre a maior e a menor remuneração da empresa	142,04	83,90	151,29	100,00
Número total de acidentes de trabalho				98,83
Número ações e críticas de consumidores (as):			64,90	2.989,38

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	131,37	123,25	120,00
% governo	105,17	106,56	93,85
% colaboradores (as)	71,43	120,00	116,67
% acionistas	42,86	266,67	75,00
% terceiros			216,67
% retido	66,67	187,50	86,67

Fonte: Elaboração da autora com base nos Balanços Sociais da Petrobrás

A análise horizontal do número de acidentes de trabalho foi realizada para os anos de 2003 para 2004, obtendo-se uma queda de 1% nos acidentes entre o período analisado.

Mas um fator que sofreu um crescimento estrondoso refere-se ao número de ações e críticas dos consumidores, que saiu de uma queda de 35% na relação entre 2002 e 2003, passando para um aumento de 2.889% de 2003 para 2004.

O valor adicionado total a distribuir passou de 2002 a 2004 por crescimentos consecutivos como mostra a tabela 5, com pequenas oscilações entre um período e outro em estudo. Mostrando como já abordado que a empresa além de resultados financeiros positivos, tem contribuído significativamente no crescimento econômico do país.

Na análise horizontal como mostra a tabela 5, a relação percentual entre um período e outro, indica que a fatia do valor adicionado gerado pela empresa para o governo permaneceu com crescimento em torno de 6% no período de 2001 a 2003, passando de 2003 para 2004 por uma redução no mesmo percentual de 6%. Os colaboradores que vinham com uma retração de 28% de 2001 para 2002, tiveram aumentos de 20% e 17% nos períodos de 2002 a 2004. Já os acionistas que vinham com uma queda de 57% em 2002 passou para 2003 com um aumento de 167%, voltando a diminuir em 15% no ano de 2004. O percentual retido na organização teve comportamento similar ao dos acionistas, pois estava com redução de 33% em 2002, aumentando para 87% em 2003 e voltando também a diminuir 13% no ano de 2004. Por não ter sido divulgado todos os dados referentes à distribuição do valor adicionado com terceiros não foi possível analisar sua evolução, entretanto a relação entre 2003 e 2004, pode ser observado que houve um crescimento de 111,67%.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, que tem o potencial de demonstrar o lado social e humano, respeitando os direitos de seus colaboradores e, ainda, desenvolvendo todo o processo operacional sem agredir o meio ambiente. A responsabilidade social é matéria que se transfere cada vez mais para a formulação estratégica das empresas e a tomada de decisão.

Portanto, mesmo sem a obrigação de fazer ou de demonstrar o balanço social, as empresas brasileiras, estão tomando consciência de que devem fazer o bem à sociedade, não basta apenas ter qualidade nos produtos ou um preço acessível. A sociedade precisa receber um retorno bem direcionado, como o desenvolvimento de atividades filantrópicas, que ultimamente vêm se transformando para as empresas que as fazem, uma grande vantagem competitiva no mundo capitalista e globalizado.

Diante do crescente número de empresas interessadas em divulgar o balanço social, mesmo sua publicação não sendo obrigatória, a presente pesquisa analisou a evolução dos indicadores sociais que compõe a demonstração das informações sociais e ambientais, por meio da pesquisa exploratória, na qual para a execução utilizou referências bibliográficas e

dados documentais no estudo de caso na Petróleo Brasileiro, coletando as demonstrações no sítio do IBASE dos últimos cinco anos.

Com a realização da análise horizontal na demonstração, possibilitou a interpretação dos resultados divulgados pela empresa durante o período em estudo de 2000 a 2004. Nos indicadores que compõe o balanço social, observou-se que em cada grupo houveram oscilações, ou seja, nas informações sociais internas a educação e o auxílio-creche tiveram expressivos investimentos, já a segurança e medicina no trabalho reduziu a metade seu investimento de um ano para outro. Os investimentos destinados às ações sociais, também passaram por redução nos últimos três anos analisados. Já o investimento no meio ambiente, no qual a empresa divulga um projeto chamado Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional, também reduziu a metade ao longo dos cinco anos analisados. No corpo funcional, a análise divulgou que houve aumento no número de funcionários ao final do período, mas o resultado mais significativo foi o aumento de 481,62% em admissões de 2001 para 2002. E dentre as informações quanto ao exercício da cidadania empresarial, o aumento do número de ações e críticas de consumidores foi o de maior destaque de 2003 para 2004.

Diante dos resultados torna-se importante ressaltar que a utilização de um modelo padrão pela organização foi um fator primordial para a execução da análise, que possibilitou avaliar a evolução e observar o crescimento percentual nos investimentos sociais e ambientais, tornando possível a comparabilidade com outras empresas do mesmo setor de petróleo e gás. No entanto, a falta de preenchimento de alguns dados, dificultou a comparabilidade de algumas informações.

Por fim, pode-se apresentar como sugestão para novas pesquisas não só replicar a análise realizada nesta pesquisa em outras empresas, mas também elencar as diversas empresas do setor de petróleo e gás, ou mesmo de outros setores de atividades econômicas para avaliar a evolução das informações contidas no balanço social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco José. Auditando o balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, Ano XXXII, nº 140, p. 83-89, mar. /abril 2003.

BATISTA, Halcima Melo. O balanço social como ferramenta estratégica de gestão. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 19 de out de 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Dados e Publicações CVM**. Publicações e Artigos. Balanço Social: A posição da CVM. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 25 set 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/>>. Acesso em 07 set 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço social: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Análise Financeira das Empresas – Liquidez, retorno e criação de valor**. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MOREIRA, Jeane. Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos gerenciais. In: Seminário USP de Contabilidade, 1, 2001, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2001.

NEGRA, C.A.S; TEIXEIRA, F.S; CARMO, R.F. O balanço social na gestão das instituições de ensino superior. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, Ano XXXI, nº 138, p. 69-87, nov. /dez. 2002.

OLIVEIRA, Ana Katarina Pessoa de; BATISTA, Halcima Melo. Aplicação do balanço social em empresas sem fins lucrativos: Um estudo de caso do serviço social da indústria – Departamento Regional do Rio Grande do Norte – 1998/1999. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em 19 out 2005.

PETROLEO BRASILEIRO S/A. Relatório de Atividades, 2003. Rio de Janeiro, 2003.

PETROLEO BRASILEIRO S/A. Responsabilidade Social e Ambiental. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/>>. Acesso em 25 out. 2005.

PINTO, Anacleto; RIBEIRO, Maisa. Balanço social: Uma avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças USP**, São Paulo, ano XV, v. 4, nº 36, p. 21-34, set./dez. 2004.

SIQUEIRA, J.R.M; VIDAL, M.C.R. Balanços sociais brasileiros: Uma análise de seu estágio atual. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., 2003, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2003.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.